

A CONTRIBUIÇÃO DA SEMÂNTICA NO DEBATE SOBRE O BINARISMO DE GÊNERO NA LÍNGUA

THE CONTRIBUTION OF SEMANTICS IN THE DEBATE ABOUT GENDER BINARISM IN LANGUAGE

Adam Langa¹

Roberto Perobelli²

Antônio Fernandes³

RESUMO: Este artigo tem como objeto de estudo o papel de fenômenos semânticos na manutenção ou ruptura do binarismo de gênero no português brasileiro, considerando novas formas de comunicação emergentes na/da pós-modernidade. A fundamentação teórica tem como principais referências Lyons (1979), Bréal (1992), Cançado (2012), Escarpinete e Ferraz (2015), Ferrarezi Jr. (2019) e Freitag (2023). O corpus analisado corresponde ao vídeo intitulado *Colocamos uma mulher TRANS e uma FEMINISTA RADICAL para conversar (sem que elas soubessem)* (2021), publicado no YouTube pelo canal Spotniks. O objetivo foi observar a recorrência e a funcionalidade dos fenômenos semânticos analisados, a fim de compreender seu papel na construção dos efeitos de sentido veiculados pelas participantes do debate promovido no vídeo. Os resultados indicam que fenômenos como hipernímia, hiponímia e vagueza podem atuar tanto como recursos de desestabilização do binarismo quanto de sua manutenção. Por sua vez, as relações de antonímia, pela via da complementaridade, tendem a ser estabelecidas com o intuito de reforçar a lógica binária. Este estudo buscou contribuir para o avanço das investigações sobre a relação entre semântica, identidade e gênero.

Palavras-chave: Hipernímia e Hiponímia. Vagueza. Complementaridade. Binarismo de Gênero.

ABSTRACT: This article examines the role of semantic phenomena in the maintenance or disruption of gender binarism in Brazilian Portuguese, considering new forms of communication emerging in and from postmodernity. The main theoretical framework draws on the works of Lyons (1979), Bréal (1992), Cançado (2012), Escarpinete and Ferraz (2015), Ferrarezi Jr. (2019), and Freitag (2023). The analyzed corpus corresponds to the video entitled *Colocamos uma mulher TRANS e uma FEMINISTA RADICAL para conversar (sem que elas soubessem)* (2021), published on YouTube by the Spotniks channel. The objective was to examine the recurrence and discursive function of the semantic features under analysis in order to understand their role in shaping the meaning effects conveyed by the participants in the debate featured in the video. The findings indicate that semantic resources such as hypernymy, hyponymy, and vagueness may serve as strategies either to subvert or reinforce binarism. Conversely, antonymic relations, through complementarity, tend to be established with the purpose of reinforcing binary logic. This study seeks to contribute to the advancement of research on the relationship between semantics, identity, and gender.

Keywords: Hyperonymy and Hyponymy. Vagueness. Complementarity. Gender Binarism.

¹ Graduando em Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: adamlangasilva@gmail.com

² Professor do Departamento de Línguas Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES. E-mail: robertoperobelli@gmail.com

³ Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES. E-mail: antonioobsfernandes@outlook.com

INTRODUÇÃO

Desde cedo, somos ensinados a ver o mundo sob a ótica do binarismo, que o divide em pares como bom e ruim, normal e anormal, certo e errado, eu e o outro — uma lógica que molda profundamente nossa identidade (Silva, 2015). A lógica binária atravessa diversas esferas da vida social, promovendo mecanismos de segregação e hierarquização entre indivíduos com base em marcadores como classe, gênero, raça e etnia. Ainda que o binarismo siga operando, moldando os espaços sociais e os sujeitos que neles circulam, suas fronteiras vêm sendo tensionadas por experiências que lhe escapam. No que diz respeito ao binarismo de gênero, observa-se que ele não dá conta da complexidade das subjetividades existentes. As identidades não binárias, por exemplo, questionam diretamente os limites impostos por essa dicotomia social. Como afirma Paula (2016, p. 13), trata-se de pessoas que “não se identificam com a denominação de homem ou mulher e muitas vezes transitam entre as duas possibilidades”. No entanto, tais vivências permanecem à margem das representações sociais e institucionais e são frequentemente silenciadas e invisibilizadas, inclusive nos próprios recursos linguísticos disponíveis.

Michel Bréal é lembrado como o fundador da disciplina Semântica, sendo amplamente reconhecido como o primeiro autor a empregar esse termo. Contudo, a leitura de seu Ensaio de Semântica permite afirmar que Bréal não é apenas o pai da Semântica, mas também um pensador cujas formulações antecipam muitas das ideias que viriam a compor a linguística moderna, cujos desdobramentos possibilitam, hoje, interlocuções com abordagens de orientação pós-moderna. Na parte introdutória da obra, intitulada “A ideia deste trabalho”, Bréal (1992) critica a abordagem mecanicista e naturalista que predominava nos estudos linguísticos de sua época, abordagem esta que tratava as línguas como sistemas autônomos, desvinculados da ação humana. Ele afirma que cada indivíduo “colabora com sua parte para a evolução da fala humana” (Bréal, 1992, p. 17). Com isso, Bréal desloca o foco da linguística, que até então se centrava majoritariamente na fonética e na morfologia, para o domínio do sentido, ao sustentar que a única causa verdadeira do desenvolvimento da linguagem é a “vontade humana” (p. 19).

Ao destacar a primazia do fator semântico e da vontade humana na evolução da linguagem, Bréal (1992) abre caminho para questões que dialogam diretamente com o objetivo deste trabalho, que consiste em identificar como determinados fenômenos semânticos são mobilizados como recursos de ruptura ou de manutenção do binarismo de gênero na língua, refletindo novas formas de comunicação emergentes na/da pós-modernidade. O presente trabalho justifica-se, essencialmente, (i) pela limitada produção acadêmica existente sobre o fenômeno abordado; (ii) pela crescente demanda social por informações

científicas que tratem da temática; e (iii) pela contribuição que a pesquisa pode oferecer para o avanço das investigações sobre a relação entre semântica, identidade e gênero.

Este artigo está esquematizado da seguinte forma: a primeira seção é dedicada a destaques conceituais importantes, especialmente no que tange aos conceitos de sexo e gênero, termos de natureza marcadamente polissêmica. Na segunda seção, discutimos o binarismo de gênero na língua e os movimentos que vêm tensionando o binarismo presente na expressão do gênero gramatical no português brasileiro. Em seguida, na terceira seção, abordamos os fenômenos semânticos de hiperonímia, hiponímia e vagueza, articulados às direções dos movimentos em prol da linguagem inclusiva e da linguagem não sexista. Na quarta seção, examinamos a complementaridade como uma relação de oposição que reflete a influência de uma cultura dualista na linguagem e na organização da experiência. A quinta seção apresenta a análise dos dados e, por fim, a sexta seção expõe as considerações finais que emergem da pesquisa.

SEXO, GÊNERO E TRANSGENERIDADE: DESTAQUES CONCEITUAIS

Diante do cenário ainda difuso acerca de conceitos básicos relacionados a gênero e sexualidade, a compreensão das distinções aqui apresentadas é indispensável para a análise que será realizada mais adiante neste trabalho. Assim, a forma como as noções de sexo e gênero são abordadas é elucidada a seguir.

Lando e Souza (2020) explicam que, embora gênero e sexo estejam relacionados, eles não são sinônimos. O sexo biológico é uma característica física, geralmente associada aos órgãos genitais, usada para classificar as pessoas em masculino ou feminino segundo normas sociais binárias. O gênero, por sua vez, é uma construção social que regula comportamentos, papéis e identidades. Butler (2003) aprofunda essa distinção ao argumentar que tanto sexo quanto gênero são produzidos discursivamente, mostrando que nossas ideias sobre corpo e diferença sexual são moldadas por regimes discursivos e culturais. Conforme afirma, “o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura” (p. 25). Desse modo, a ciência que classifica o sexo biológico também é mediada por contextos sociais e culturais, refletindo interpretações e valores construídos socialmente.

Freitag (2023a) discute como a construção de gênero tem início ainda no período gestacional, a partir da interpretação visual da genitália via ultrassonografia. Essa leitura morfológica altera profundamente os comportamentos familiares e as expectativas sociais. A forma como os chutes no útero são interpretados, o tom de voz direcionado ao feto e até mesmo a escolha de nomes e enxovais passam a ser guiados pela conformação binária de gênero. Contudo, mesmo quando essa previsão se

confirma no nascimento, o alinhamento entre o sexo biológico e a identidade de gênero atribuída não é garantido, como demonstram as experiências de pessoas transgênero.

A transgeneridade é compreendida como uma categoria “guarda-chuva” que reúne diversas identidades dissidentes do sistema binário de gênero socialmente instituído (Lanz, 2014). Trata-se de uma definição que engloba pessoas cujas identidades de gênero não correspondem às normas e expectativas culturalmente atribuídas ao sexo designado no nascimento. Por sua vez, pessoas cisgênero, ou simplesmente cis, são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído. A forma trans tem sido adotada para enfatizar a amplitude do termo, englobando identidades não cisgêneras que não se enquadram no binômio homem-mulher (Nascimento, 2021). Neste trabalho, o termo trans será utilizado para se referir a qualquer pessoa cuja autoidentificação de gênero diverge daquela que lhe foi imposta com base em critérios biomorfológicos⁴ e na lógica binária de gênero.

O BINARISMO DE GÊNERO NA LÍNGUA E OS MOVIMENTOS QUE IMPULSIONAM A MUDANÇA

A gramática da língua portuguesa sustenta uma estrutura que privilegia a oposição binária de gênero, refletindo, como aponta Butler (2003), um dispositivo de poder que favorece a lógica heteronormativa dominante. Segundo Louro (2001), os binarismos constituem operações de poder nas quais um dos polos é favorecido em detrimento do outro, o que se manifesta, no caso do binarismo de gênero na língua, na predominância do masculino genérico. Entretanto, diante das transformações sociais contemporâneas, torna-se patente um confronto entre estruturas linguísticas consolidadas e novas formas de expressão que emergem de demandas sociais. As mudanças linguísticas voltadas à inclusão constituem uma demanda social e política de grupos que não se reconhecem no uso do masculino genérico nem na oposição binária masculino/feminino. Esse debate não é recente: desde o século passado, movimentos feministas no Brasil e em outros países já reivindicavam a inclusão do feminino em cumprimentos, saudações, títulos, profissões e demais formas de comunicação.

No contexto brasileiro, um marco foi a Lei nº 2.749/1956, que determina a correspondência do gênero gramatical da função pública ao gênero da pessoa que a ocupa. Com o tempo, tais reivindicações incorporaram também pautas oriundas dos movimentos de diversidade sexual e de gênero, especialmente da comunidade LGBTQIAPN+, cujos segmentos — como pessoas não binárias — buscam alternativas linguísticas que rompam com o binarismo, como a criação de formas que escapem à lógica binária e a adoção de estratégias de linguagem inclusiva que evitem o masculino genérico.

⁴ Nesse contexto, é importante ressaltar também a existência de pessoas intersexo, cuja constituição cromossômica, genética, hormonal, fisiológica e/ou anatômica não se enquadra nas definições biomédicas convencionais de sexo feminino e masculino (Santos, 2020).

O caráter planejado de tais propostas é alvo de críticas sob a alegação de contrariar a “naturalidade” das mudanças linguísticas. Freitag (2023a) contesta esse argumento, apontando que mudanças deliberadas também são naturais, à medida que se difundem e se consolidam no sistema. Instrumentos normativos, como gramáticas, já desempenham esse papel ao frear certas mudanças, como a perda da concordância de número. A cultura escolar, por sua vez, também atua de forma planejada para moldar comportamentos linguísticos, legitimando determinadas práticas em detrimento de outras e exercendo, assim, uma forma de poder simbólico (Bourdieu, 1998).

Além das mobilizações sociais, o debate em torno da igualdade de gênero no campo da linguagem também se consolida na produção acadêmica por meio de estudos que buscam compreender a função do gênero gramatical e suas relações com a organização social. Essas investigações remontam à década de 1970, quando se voltavam sobretudo à descrição da função dos gêneros gramaticais no sistema linguístico (Câmara Jr., 1970; Martin, 1975; Lyons, 1979). Ao longo das décadas seguintes, o tema permaneceu em evidência, ampliando-se gradualmente para incorporar perspectivas que consideram as implicações sociais da linguagem. A partir dos anos 2000, observa-se um crescimento mais expressivo desse campo, com abordagens que passam a enfatizar as desigualdades de gênero manifestadas na linguagem e a discutir possibilidades de comunicação mais inclusiva (Livia, 2001; Borba; Ostermann, 2008; Freitag, 2015).

Em linhas gerais, embora o uso do masculino como forma genérica ainda predomine, já se observam ocorrências de formas alternativas em contextos específicos do português brasileiro. Freitag (2023a) identifica três forças que direcionam as mudanças na codificação do gênero: a *linguagem não sexista*, a *linguagem inclusiva* e a *linguagem neutra*⁵. Nas palavras da linguista, essas forças “assumem premissas distintas e têm instrumentos distintos de implementação” (p. 98). A linguagem não sexista se propõe a utilizar recursos já disponíveis no sistema linguístico com o intuito de evitar a marcação de gênero. A proposta do movimento pela linguagem inclusiva busca dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados e apagados nos usos linguísticos, como pessoas com deficiência, indivíduos de diferentes origens étnico-raciais ou com identidades de gênero dissidentes. De modo geral, a linguagem inclusiva de gênero contempla tanto as formas binárias — como “todos” e “todas” — quanto as não binárias, como “todes”. O movimento pela linguagem neutra parte da premissa da neutralização do gênero, propondo a criação de formas que escapem à lógica binária. Isso se dá, por exemplo, por meio da “ampliação da função de marcas já existentes, como -e (ex. amigue) e alteração na base de pronomes

⁵ O termo “linguagem neutra”, embora amplamente difundido, não se originou nos movimentos identitários, mas foi atribuído pelo contramovimento. Ainda assim, o rótulo acabou se consolidando no debate público. A linguista posiciona-se de forma crítica em relação a essa designação, ao afirmar que “não há linguagem neutra, porque pessoas não são neutras” (Freitag, 2023a, p. 17).

e artigos (ex. *ile, le*)” (Schwindt, 2020, p. 1). De acordo com Freitag (2023b, p. 100), as formas emergentes são, ao mesmo tempo, “gênero (aplicada a pessoas não binárias), neutralização de gênero (grupos de pessoas de mais um gênero), e indeterminação de gênero (quando não sabemos que pronome utilizar)”.

Assim, hoje é possível identificar três regras para a expressão de gênero no português brasileiro: o gênero genérico pelo masculino, o gênero inclusivo e o gênero genérico pelo não binário. Na atual conjuntura, o debate se organiza em torno dessas possibilidades.

A QUESTÃO DO PONTO DE VISTA SEMÂNTICO

Desde Bréal, os estudos semânticos passaram por transformações importantes. Inicialmente focados em uma abordagem histórica e mecanicista, centrada em mudanças lexicais, os estudos evoluíram para compreender que o sentido linguístico não se restringe à palavra em si, mas envolve também o sujeito falante e seu contexto sociocultural. A maneira como os indivíduos interagem, percebem e significam o mundo é determinante na construção dos significados. Sob qualquer enfoque teórico, estudar uma língua natural do ponto de vista semântico envolve analisar a significação das palavras, sentenças, expressões e enunciados. A semântica, assim, dedica-se à investigação do significado linguístico, e suas diversas correntes abordam esse fenômeno sob perspectivas variadas. Como sintetizam Müller e Viotti (2003), há semânticas para todos os gostos — textual, cognitiva, lexical, argumentativa, discursiva — e cada uma delas propõe uma forma própria de entender o significado, o que demonstra a multiplicidade de abordagens possíveis. Posto isso, este trabalho se ancora em três vertentes da Semântica: a Formal, a Enunciativa e a Lexical.

A seguir, examinamos como determinados fenômenos semânticos (hiperonímia, hiponímia e vagueza) têm sido mobilizados como manobras discursivas pelos movimentos em prol da linguagem inclusiva e da linguagem não sexista⁶, os quais têm tensionado o binarismo presente na expressão do gênero gramatical no português brasileiro.

A linguagem não sexista busca tirar o foco do masculino genérico, propondo, quando em referência a pessoas, a substituição de substantivos no masculino por outros que reportem conjunto ou grupos de pessoas, ou que expressem a noção de coletividade sem especificar o gênero. Exemplo disso é a troca de “os professores” por “o corpo docente” ou de “os meninos” por “as crianças”. Outra proposta é substituir o substantivo comum por um sintagma nominal formado pelo substantivo pessoa acompanhado de um adjetivo deverbal, preferencialmente comum de dois gêneros: em vez de “o requerente”, usa-se “a pessoa requisitante”, por exemplo. Assim, recursos gramaticais já disponíveis no

⁶ Cabe destacar que, entre os três movimentos analisados, foi possível identificar, nas propostas dos movimentos pela linguagem não sexista e pela linguagem inclusiva, o uso de formas de produção de sentido como estratégia lógica que coincide com os fenômenos sob análise neste trabalho.

sistema são mobilizados, como recorrer a nomes comuns de dois gêneros, expressões mais abrangentes, uso de formas desinenciais para referência ao sujeito em vez de sujeito exposto, voz passiva, orações adjetivas, entre outros. Não há inovações na língua, nem há usos que não são abonados pela tradição gramatical. Desse modo, constata-se uma articulação com os conceitos semânticos de hiperonímia e hiponímia.

Segundo Cançado (2012), “a hiponímia pode ser definida como uma relação estabelecida entre palavras, quando o sentido de uma está incluído no sentido de outra” (p. 32). A título de exemplo, pode-se afirmar que *escarlata*, *carmesim* e *cinabre* são co-hipônimos de *vermelho*, assim como *tulipa*, *violeta* e *rosa* são co-hipônimos de *flor*. Por sua vez, *vermelho* é considerado hiperônimo em relação aos seus hipônimos. A relação de hiponímia também é caracterizada por uma implicação unilateral: afirmar que “X é escarlate” implica necessariamente que “X é vermelho”; contudo, a recíproca — “X é vermelho” — não implica, obrigatoriamente, que “X é escarlate”.

Conforme observa Lyons (1979), a hiponímia nos permite modular o grau de especificidade do que dizemos, sendo possível optarmos por termos mais genéricos ou mais precisos, conforme as exigências da situação. O movimento pela linguagem não sexista se vale dessa estratégia. Termos específicos que poderiam remeter exclusivamente ao masculino são substituídos por expressões mais amplas que operam como hiperônimos. Essa mobilização de hiperônimos evidencia a relevância do conceito de hiponímia para a análise das estratégias da linguagem não sexista: ao preferir termos mais genéricos e inclusivos, evita-se a invisibilização de identidades que não se reconhecem no masculino genérico. Como destaca Lyons (1979, p. 485), “o mais importante fator na organização hierárquica do vocabulário pela hiponímia é a estrutura da cultura, em cujo seio opera a língua como o principal meio de comunicação”.

A linguagem inclusiva, por sua vez, objetiva explicitar os gêneros: as estratégias incluem a formação de sintagmas nominais coordenados (como “meninos e meninas”) ou a inserção de expedientes para dar pistas de outros gêneros alternativos (como “menino/a”, “menino(a)”, “menino.a”), embora essas soluções sejam mais eficazes na modalidade escrita. Observa-se que, na primeira estratégia, há co-hipônimos sendo semanticamente coordenados. No que diz respeito a formas da linguagem inclusiva como “pessoas que menstruam” e “pessoas que têm útero”, Freitag (2023a) argumenta que “por detrás de uma suposta inclusão, está a troca de uma hegemonia por outra, e mais uma vez o feminino perde espaço, na medida que as mulheres são reduzidas às suas funções biológicas” (p. 30). No entanto, chamamos atenção para os contextos em que tais hiperônimos são empregados, bem como seus propósitos comunicativos. Em tais contextos, não há motivação comunicativa para empregar um hiperônimo que inclua, por exemplo, mulheres que não menstruam ou outras pessoas que não compartilham da característica em questão. Ao considerar que mulheres cisgênero não são as únicas

peças que podem menstruar, torna-se evidente a importância de incluir, no debate público, outras identidades de gênero igualmente afetadas por questões reprodutivas. Tomemos como exemplo uma palestra sobre educação menstrual: o público-alvo, nesse caso, são pessoas *que menstruam* — um hiperônimo que pode incluir co-hipônimos como *mulheres cis que menstruam*, *homens trans que menstruam*, *pessoas não binárias que menstruam*, entre outras possibilidades. Mulheres que não menstruam, que não gestam ou que não possuem útero, inclusive mulheres trans, continuam a ter sua existência representada linguisticamente em outros contextos apropriados, nos quais suas especificidades precisam ser referidas. Defendemos que a adoção desses hiperônimos não implica uma redução da mulher às suas funções biológicas, especialmente porque tais categorias também englobam outras identidades. Trata-se de ampliar o alcance discursivo em temas como gestação, questões ginecológicas e saúde reprodutiva sem excluir ninguém que possa ser beneficiado por esse debate.

Prosseguindo com a análise, observa-se que as estratégias propostas pelo movimento da linguagem não sexista também podem ser compreendidas à luz do fenômeno semântico da vagueza. De acordo com Cançado (2012) e Ferrarezi Jr. (2019), a vagueza é uma propriedade da língua muito útil no processo de comunicação. É uma forma econômica e, paradoxalmente, exata de nos expressarmos, sem a necessidade de efetuar escolhas às vezes muito complexas no uso da língua. A vagueza facilita o gerenciamento do sistema linguístico, evitando que as línguas se transformem em “códigos lógicos infinitamente complexos, cuja utilização pelos falantes seria desnecessariamente lenta, extensa e complicada” (Ferrarezi Jr., 2019, p. 111). Dessa forma, nos possibilita contornar situações nas quais a precisão absoluta não é necessária ou mesmo indesejável, além de ser útil diante da ausência de informações adicionais. Nesse sentido, a linguagem não sexista se vale de formas vagas propositalmente como estratégia. O uso de termos como “a cidadania” em vez de “os cidadãos”, ou “a população” em vez de “os homens”, promove uma forma de expressão que não especifica o gênero, abrindo espaço para múltiplas possibilidades de referência. O uso de expressões vagas, nesse contexto, não significa falha, mas uma escolha intencional voltada à neutralização de marcas de gênero. Em vez de restringir, a vagueza pode ampliar os sentidos possíveis, as interpretações possíveis e os sujeitos possíveis.

A linguagem inclusiva, *per contra*, reflete a necessidade de precisão absoluta nas representações. Seu objetivo é o de especificar ao máximo os referentes, sobretudo na modalidade escrita. Entretanto, conforme adverte Freitag (2023a), a busca por representações linguísticas mais precisas por meio da coordenação de co-hipônimos pode acarretar maior sobrecarga cognitiva.

NEM HOMEM, NEM MULHER: O PROBLEMA DA COMPLEMENTARIDADE

A complementaridade é uma relação de oposição que, conforme Lyons (1979), “pode ser encarada como um caso especial de incompatibilidade” (p. 489). O autor apresenta exemplos que pressupõem um

cenário em que a variedade de possibilidades co-hipônimas se reduz a apenas duas opções mutuamente exclusivas, o que permite estabelecer entre elas uma oposição complementar. Interessamos, especialmente, o exemplo em que Lyons (1979) afirma que os termos *macho* e *fêmea* são opostos complementares. O autor reconhece, ainda que com termos patologizantes, que nem todas as pessoas se encaixam precisamente na classificação dicotômica *macho* x *fêmea* — nem do ponto de vista biológico, nem do comportamental. Ele aponta que "usam-se então os termos hermafrodita⁷ ou homossexual para designar essas 'anormalidades'" (Lyons, 1979, p. 490). O linguista também opõe, no âmbito da complementaridade, termos como *solteiro* e *casado*, ignorando a existência de outros co-hipônimos, como *viúva*, *divorciado* etc.

A hipótese de que se possa reduzir a existência de múltiplos co-hipônimos a apenas duas possibilidades mutuamente excludentes revela-se problemática, sobretudo diante da diversidade existente no mundo social. Escarpinete e Ferraz (2015) observam que é comum que falantes apontem pares como *gato* e *cachorro*, ou *rosa* e *azul*, como opostos, quando, do ponto de vista linguístico, são apenas co-hipônimos de um mesmo hiperônimo (como *animais* e *cores*). Contudo, "o que faz estabelecermos tais oposições é certamente o aspecto tradicionalmente marcado em nossa cultura de que cão e gato são animais com características diferentes" (Escarpinete; Ferraz, 2015, p. 87). As autoras sustentam que a radicalização da concepção equivocada de que o significado corresponde diretamente ao referente pode levar os falantes, ao se depararem com diferenças, a interpretá-las como oposições.

Desse modo, a noção de complementaridade, conforme formulada por Lyons (1979), evidencia a forte influência de uma cultura dualista que permeia o vocabulário das línguas naturais e as formas de conceber e organizar a experiência. O autor indica que a presença de numerosos termos antônimos e complementares nas línguas naturais estaria relacionada a uma tendência humana geral de polarizar a experiência e o juízo, isto é, de pensar por oposições. Esse posicionamento se articula a outras passagens de sua obra, como a que segue:

Não discutiremos aqui se todas as unidades linguísticas podem reduzir-se a complexos de 'escolhas' binárias hierarquicamente ordenadas. O fato de que muitas unidades (em todos os níveis de estrutura linguística) se prestam a reduções desse tipo significa que *o linguista deveria acostumar-se a pensar segundo sistemas binários*. Ao mesmo tempo, importa observar que os conceitos fundamentais da Teoria da Informação são absolutamente independentes dos pressupostos particulares do binarismo (Lyons, 1979, p. 88-89, grifo nosso).

Lyons reconhece que pensar binariamente é uma prática recorrente na linguística, mas também admite que é uma escolha metodológica. Esse reconhecimento abre espaço para uma reflexão crítica: o

⁷ O termo "hermafrodita" vem do mito grego de Hermafrodito, filho de Hermes e Afrodite, cujo corpo se fundiu por amor ao de uma ninfa, formando um só. Por muito tempo, designou pessoas com características sexuais ambíguas, mas hoje é considerado estigmatizante e impreciso. Atualmente, o termo preferido é "intersexo", embora haja debates sobre seu uso entre ativistas e profissionais da saúde.

que perdemos quando analisamos apenas em termos binários? Ao adotar a binariedade como princípio analítico, corre-se o risco de reduzir a complexidade da linguagem e, por consequência, das identidades e experiências que ela expressa. Quando o linguista adota o binarismo como ferramenta habitual de análise, tal escolha não apenas molda a forma como ele descreve a linguagem, mas também como compreende o mundo e os sujeitos. A forma de pensar se retroalimenta: se só se enxerga oposição (homem/mulher, correto/incorreto, natural/não natural), isso se traduz também em políticas linguísticas, educacionais e sociais que reforçam essas dicotomias.

O DEBATE EM ANÁLISE

Nesta seção, apresentamos, inicialmente, as considerações metodológicas que orientam a pesquisa e, em seguida, desenvolvemos a análise dos dados. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Segundo Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa busca compreender um fenômeno no contexto em que ele ocorre, procurando interpretar os significados atribuídos a ele pelas pessoas envolvidas.

O *corpus* analisado corresponde ao vídeo intitulado *Colocamos uma mulher TRANS e uma FEMINISTA RADICAL para conversar (sem que elas soubessem)*⁸, publicado no YouTube em abril de 2021 pelo canal Spotniks — que, à época da escrita deste artigo, contava com quase dois milhões de inscritos. O canal adota um perfil jornalístico e tem como objetivo disseminar informações e tratar de temas ligados à política, economia, cultura e ciências, articulando essas áreas às dinâmicas das relações sociais. Esses conteúdos são organizados em quadros ou playlists que reúnem entrevistas, reportagens, conversas com especialistas e contribuições do público. Para a realização da transcrição, utilizamos a plataforma TurboScribe⁹, uma ferramenta de transcrição baseada em inteligência artificial que converte arquivos de áudio e vídeo em texto. Com aproximadamente 26 minutos de duração, o vídeo analisado integra o quadro PRECONCEITO. A seguir, encontra-se a descrição do vídeo disponibilizada pelo canal:

Vigésimo quarto episódio do quadro PRECONCEITO. Nele, duas pessoas que nunca se viram na vida tentam adivinhar características relevantes uma sobre a outra usando como base apenas o estereótipo. Dessa vez, chamamos a Victoria Monforte, mais conhecida como MC Trans, para conversar com a Julia Kreischer, feminista radical (Spotniks, 2021).

O quadro PRECONCEITO rompe com os formatos tradicionais do gênero debate ao não contar com a presença de um mediador responsável por conduzir as interações. A proposta do canal consiste em reunir duas pessoas que não se conhecem previamente, de modo que compartilhem suas impressões iniciais uma sobre a outra a partir de estereótipos, respondendo a um questionário elaborado pela equipe

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EgHfwfUjpiQ>

⁹ Disponível em: <https://turboscribe.ai/>

de produção do quadro. Essa dinâmica configura o quadro como um experimento que busca explorar e tensionar estereótipos presentes no imaginário social. O vídeo foi selecionado por apresentar condições discursivas especialmente produtivas para a análise proposta: nele, a interação entre uma mulher trans e uma feminista radical coloca em cena enunciados atravessados por tensões de gênero, que se revelam profícuos para a investigação dos fenômenos semânticos discutidos. Ademais, a expressiva circulação do vídeo no canal Spotniks, com 3,9 milhões de visualizações registradas em 28 de agosto de 2025, contribui para situar a análise em um espaço discursivo de ampla visibilidade, o que reforça a pertinência do corpus para compreender como sentidos de gênero são formulados, disputados e difundidos na esfera pública.

Dessa forma, fundamentados nos aspectos metodológicos descritos, tratamos de identificar como fenômenos semânticos são mobilizados como estratégia de ruptura ou de manutenção do binarismo de gênero pelas convidadas. A análise está estruturada em duas etapas: a primeira dedicada à complementaridade no debate; a segunda, à investigação das categorias hiperonímia, hiponímia e vagueza.

As perguntas que compõem o momento de construção dos perfis das convidadas instauram oposições que são debatidas ao longo da interação. Duas dessas oposições são particularmente significativas para a presente análise: homem x mulher e mulher cis x mulher trans. Como supracitado, a complementaridade é um tipo de oposição semântica que pode ser entendida como um caso especial de incompatibilidade, no qual a negação de um termo implica a afirmação do outro, e vice-versa, reduzindo os co-hipônimos a apenas duas possibilidades excludentes. A primeira oposição (homem x mulher) emerge em perguntas como “Se você tivesse que resumir o que mais admira numa mulher seria...” e “Se você tivesse que resumir o que mais admira num homem seria...”. Tais termos, mobilizados como co-hipônimos, são empregados, nesse contexto, como categorias mutuamente exclusivas, em consonância com um modelo binário de gênero. Apresentamos, nos trechos de fala que se seguem, as respostas das convidadas às referidas perguntas:

(1) *[Julia Kreischer] Eu acho que se você tivesse que resumir o que você mais admira em uma mulher, seria a beleza e o empoderamento. Se você tivesse que resumir o que você mais admira num homem, eu acho que seria o corpo, talvez. Se você tivesse que resumir o que menos admira numa mulher, seria... você parece ser de boa, então acho que a competitividade feminina, e se você tivesse que resumir o que você menos admira num homem, seria... falta de atitude.*

(2) *[Victoria Monforte] Se eu tivesse que resumir o que mais admiro em uma mulher, seria a força. Eu acho a mulher muito forte, porque ela é mãe, ela ao mesmo tempo é namorada, ao mesmo tempo ela consegue cuidar de uma casa e ter qualquer profissão. [...] Se eu tivesse que resumir o que*

menos admiro num homem, seria a falta de fidelidade de muitos, porque eu acho que a maioria dos homens, claro que existem homens e mulheres, eu não estou generalizando. Claro que existem homens fiéis, que respeitam suas esposas, mas a maioria é muito infiel [...].

A partir dos dados examinados, constata-se que as participantes atribuem sentidos distintos para cada um dos termos. Julia Kreischer associa o termo *mulher* à “beleza” e ao “empoderamento”, e o termo *homem* ao “corpo” e à “falta de atitude”. Victoria Monforte enaltece a “força” da mulher, associando-a a múltiplas funções sociais — mãe, profissional, parceira — e atribui uma visão amplamente negativa ao termo homem, o qual associa à infidelidade e à falta de respeito nas relações afetivas. Essas respostas refletem uma ativação de estereótipos de gênero amplamente compartilhados socialmente. As mulheres são apresentadas como multifuncionais, resilientes e admiráveis (“*Eu acho a mulher muito forte, porque ela é mãe, ela ao mesmo tempo é namorada, ao mesmo tempo ela consegue cuidar de uma casa e ter qualquer profissão*”); os homens, em sua maioria, como carentes de qualidades valorizadas no plano afetivo-social (“*Claro que existem homens fiéis, que respeitam suas esposas, mas a maioria é muito infiel*”). Há, portanto, uma polarização dos traços atribuídos a homem e mulher, o que reforça a relação de oposição entre os termos (“*existem homens e mulheres*”).

Uma segunda oposição complementar que observamos é mobilizada pela pergunta: “Para você, os problemas que uma mulher cis lida ☐ são ☐ não são vividos por uma mulher trans?”. Essa formulação estimula a discussão entre Victoria Monforte e Julia Kreischer sobre as experiências vividas por mulheres cis e trans, revelando uma alternância entre momentos de diferenciação e de aproximação identitária. A seguir, destacamos alguns trechos do debate:

(3) *[Victoria Monforte] Para você, o problema que uma mulher cis lida não são vividos por uma mulher trans. Por quê? Por conta do preconceito que uma mulher trans passa diariamente com a sociedade. A mulher cis, ela passa por dificuldades, mas não passa o mesmo tipo de exclusão.*

(4) *[Julia Kreischer] Para mim, os problemas que uma mulher cis lida não são vividos por uma mulher trans, porque justamente o que você falou, eu acho que a mulher cis, a mulher biológica, ela nasce sofrendo um tipo de opressão, que é a misoginia, e de vocês é outra vivência que eu nem tenho como falar. [...] Mas eu acho que a gente não tem os mesmos problemas e a gente não tem as mesmas soluções.*

(5) *[Victoria Monforte] Porque se a gente parar pra analisar, a nossa luta vai acabar sendo a mesma. Porque nós, mulheres trans, somos abusadas também. Nós, mulheres trans, somos violentadas também. Nós, mulheres trans, somos enganadas por homens cis.*

(6) *[Julia Kreischer] Eu acho que, pra você, os problemas que uma mulher cis lida não são vividos por uma mulher trans. Porque a gente já conversou sobre isso. Na verdade, eu coloquei aqui que*

são. Mas eu achei que você ia falar justamente o que você falou, de que a gente sofre abusos e estupros, sabe? É isso em comum.

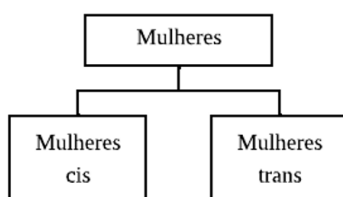
Os trechos revelam momentos de distanciamento e aproximação entre as experiências das participantes. Apesar de reconhecerem opressões compartilhadas, como a violência de gênero (“*a gente sofre abusos e estupros*”), as convidadas também enfatizam diferenças em suas trajetórias (“*eu acho que a gente não tem os mesmos problemas e a gente não tem as mesmas soluções*”). A noção de complementaridade definida por Lyons (1979) reflete uma tendência recorrente de polarizar a experiência por meio de pares binários. Autores como Escarpinete e Ferraz (2015) alertam que, culturalmente, há uma tendência de interpretar diferenças como oposições, mesmo quando semanticamente se trate apenas de co-hipônimos (como gato x cachorro e rosa x azul). Isso permite compreender que a oposição semântica estabelecida no debate entre mulheres cis e mulheres trans decorre de uma estratégia para a manutenção da binariedade.

Dito isso, avançando na análise, passamos a observar como os fenômenos de hiperonímia, hiponímia e vagueza se manifestam no debate. Nessa etapa, identificamos diferentes relações semânticas sendo estabelecidas entre os termos mulheres cis e mulheres trans. No excerto (7), Victoria Monforte emprega esses termos como co-hipônimos que compartilham a semelhança de estarem filiados ao hiperônimo mulheres:

(7) [Victoria Monforte] *Somos todas mulheres.*

Nesse trecho de fala, a participante emprega o termo mulheres de modo a incluir tanto mulheres cis quanto mulheres trans, reconhecendo uma relação co-hiponímica entre essas palavras. Essa relação de hiponímia é caracterizada por uma implicação unilateral: afirmar que “*X é uma mulher trans*” implica necessariamente que “*X é mulher*”; contudo, a recíproca — “*X é mulher*” — não implica, obrigatoriamente, que “*X é uma mulher trans*”. Tal relação pode ser representada graficamente, como ilustrado no esquema a seguir:

Esquema 1. Mulheres cis e mulheres trans como co-hipônimos ligados ao hiperônimo mulheres



Fonte: Elaborado pelos autores

Todavia, a relação de hiponímia não é sustentada de maneira unívoca ao longo do debate. Em diferentes momentos, o termo *mulheres* é empregado ora sugerindo a inclusão de mulheres trans, ora restringindo-se às mulheres cis. Essa variação sugere a existência de instabilidades semânticas que apontam para possíveis embates discursivos e para distinções ideológicas entre as falantes, como evidenciam os seguintes dados:

(8) [Julia Kreischer] *Para mim, uma mulher trans não deve ter o direito de frequentar banheiros públicos femininos, porque pode ser um medo meu, mas eu tenho muito medo pelas mulheres, porque eu já vi alguns casos que aconteceu isso.*

(9) [Julia Kreischer] *Mas eu não sei qual é o critério de vocês para considerar alguém trans. E que já atacaram mulheres.*

(10) [Victoria Monforte] *A gente não tira o espaço de uma mulher, a gente admira vocês.*

(11) [Victoria Monforte] *Porque, tipo, amiga, eu tenho inimigas e, sabe, não são muitas, graças a Deus, mas... são trans, uma é trans, outra é mulher e claro que eu vou responder a ela pelo que ela faz perante a mim como pessoa.*

A distinção entre “trans” e “mulher” observada nesse conjunto de dados rompe com a relação semântica de co-hiponímia entre os termos e salienta contradições que atravessam os usos dos próprios sujeitos que resistem ao binarismo de gênero. Nos excertos (10) e (11), Victoria Monforte — uma mulher trans — emprega o termo “mulher” de forma a não incluir mulheres trans, como se apresentassem diferença de sentido, e não co-hipônimos ligados a uma mesma categoria hiperonímica. Ao afirmar “*a gente não tira o espaço de uma mulher, a gente admira vocês*” (10), Victoria se refere a mulheres na terceira pessoa, assumindo uma posição de exterioridade em relação a esse grupo. Essa mesma cisão aparece no excerto (11), quando esclarece: “*são trans, uma é trans, outra é mulher*”, o que fortalece a oposição e fragiliza a relação semântica esperada entre os termos.

Nos excertos (8) e (9), observa-se que Julia Kreischer também rompe com a relação de co-hiponímia. Ao afirmar que “*uma mulher trans não deve ter o direito de frequentar banheiros públicos femininos [...] eu tenho muito medo pelas mulheres*” (8), Julia mobiliza o termo *mulheres* como sinônimo de mulheres cis, excluindo as mulheres trans do hiperônimo e tratando-as como uma categoria potencialmente ameaçadora. No excerto (9), essa desvinculação torna-se ainda mais explícita. Julia afirma não saber qual é o critério para considerar alguém trans, complementando com “*e que já atacaram mulheres*”. A fala reforça a oposição entre os grupos, posicionando mulheres trans como um grupo distinto, em contraste, e não em inclusão, com mulheres.

À semelhança de outros fenômenos de natureza semântica, a vagueza pode ser mobilizada como um recurso de sentido, não apenas como um “acidente da linguagem”, mas enquanto estratégia

argumentativa, conscientemente empregada em diferentes manifestações discursivas, orais ou escritas. No caso das falas de Victoria Monforte, não é possível afirmar que o uso do termo “mulheres”, sem a devida explicitação quanto à inclusão ou não de mulheres trans, constitua necessariamente uma manobra intencional. Dado que Victoria Monforte é uma mulher trans, torna-se pertinente indagar se a exclusão de mulheres trans como hipônimo ligado ao hiperônimo mulheres decorre de um afastamento intencional de sua identidade ou se reflete a reprodução automática de estruturas linguísticas e sociais cristalizadas. Embora o uso do hiperônimo possa cumprir uma função coesiva no discurso, evitando repetições, é relevante observar que a não menção explícita do co-hipônimo mulheres trans pode contribuir para processos de apagamento identitário, principalmente em um contexto de disputa semântica sobre a legitimidade dos pertencimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão da pouca atenção dada à semântica, tanto na formação inicial de professores quanto nas práticas escolares de língua portuguesa, quando comparada a outros subcampos da linguística, este trabalho teve como principal objetivo demonstrar como essa área pode contribuir para o debate em torno do binarismo de gênero na língua.

A análise realizada evidencia que as oposições estabelecidas no debate — como homem x mulher — desconsideram sujeitos que não se reconhecem exclusivamente em nenhuma das duas categorias, como pessoas não binárias ou mesmo outras identidades de gênero dissidentes, cujas existências revelam os limites de organizar o mundo social a partir de pares binários. No que se refere à análise da hiperonímia, da hiponímia e da vagueza no debate, constatamos que os termos mulher, mulher cis e mulher trans não são empregados de forma unívoca, e que suas relações semânticas são constantemente tensionadas. Essa instabilidade reflete disputas mais amplas sobre pertencimento, identidade e reconhecimento, especialmente no campo das lutas feministas. Como discutem Adrião, Toneli e Maluf (2012), os embates sobre quem pode ou não ser reconhecido como sujeito político do feminismo se intensificaram com o surgimento de movimentos que denunciam a homogeneização das mulheres no discurso feminista, sobretudo mulheres negras, lésbicas, periféricas e trans. As transfeministas, em particular, problematizam a rigidez do pertencimento ao movimento, desestabilizando a centralidade do sexo biológico como critério de reconhecimento. Tal embate reverbera na linguagem, especialmente quando se busca definir quem é ou não mulher, e se intensifica em contextos como o do vídeo analisado.

A não-binariedade, como o próprio nome sugere, propõe uma recusa ao sistema binário e às oposições complementares. No entanto, ela não deve ser compreendida como um simples termo oposto aos gêneros binários. A própria dicotomia binário vs. não-binário constitui, de forma paradoxal, um novo

binarismo, que, na prática, não dá conta de experiências de gênero que escapam à lógica dessa oposição. Nesse ponto, revela-se uma limitação do próprio par binário/não-binário, pois ele também opera sob uma lógica de complementaridade, reforçando o mesmo tipo de oposição dual que pretende superar.

Chamamos atenção, ainda, para a dimensão social das mudanças linguísticas: quando ligadas à identidade e à representação de grupos minorizados, tendem a provocar reações por parte dos grupos hegemônicos. No caso dos movimentos que buscam romper com o binarismo de gênero na língua, tais reações têm se manifestado de forma contundente com a proposição de projetos de lei que visam criminalizar ou proibir essas iniciativas. Conforme apontado por Freitag (2023a), muitas dessas proposições carecem de embasamento técnico e científico, contrariam diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e atendem a interesses de movimentos ultraconservadores, como o Escola sem Partido.

As implicações pedagógicas deste trabalho envolvem a necessidade de colocar em questão os binarismos que atravessam o currículo, as práticas escolares e os discursos pedagógicos. Isso inclui, mas não se restringe, aos binarismos de gênero e sexualidade, tendo em vista que essa lógica perpassa outros marcadores como classe, raça, etnia, entre outros. Conclui-se que os fenômenos semânticos discutidos podem constituir instrumentos de ensino nas aulas de língua portuguesa, contribuindo para o alcance desses objetivos. Concordamos com Oliveira (2023, p. 4) ao afirmar que “as lutas travadas no terreno linguístico devem aparecer nas aulas de Língua Portuguesa”.

Uma lacuna importante a ser reconhecida neste trabalho é o fato de que a análise se restringiu a um único debate em um canal de streaming de vídeos. Isso implica que, para que se possam alcançar afirmações mais consistentes e comparações mais robustas do ponto de vista teórico, será necessário realizar outras análises dessa natureza, preferencialmente com procedimentos metodológicos semelhantes aos aqui adotados. Desse modo, as afirmações apresentadas neste estudo poderão, futuramente, ultrapassar a fronteira do que é ilustrativo para o que pode ser empiricamente comprovado.

Por fim, vale ressaltar que este artigo deriva do Trabalho de Conclusão de Curso elaborado por um dos autores como requisito para a obtenção do título de licenciado em Letras. A produção da referida monografia, e consequentemente deste artigo, incorpora a perspectiva de uma pessoa não binária, cuja vivência atravessa e é atravessada pelos debates aqui propostos. Esse posicionamento reconhece que toda produção de conhecimento é situada e que a linguagem é perpassada por ideologias, desigualdades e disputas de sentido. Ao retomar a reflexão de Freitag (2023a) de que “a ciência pode ser neutra, mas quem a faz não o é, pois quem faz ciência são pessoas, e pessoas têm gênero”, consideramos que a valorização da ciência e o incentivo à pesquisa, pautados no respeito à diversidade, constituem meios essenciais para promover o estudo da relação entre semântica, identidade e gênero.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, K. G.; TONELI, M. J. F.; MALUF, S. W. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 661, 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000300002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000300002>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. o que falar quer dizer. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.
- BORBA, R.; OSTERMANN, A. C. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 409-432, 2008.
- BRÉAL, M. Ensaio de Semântica: ciência dos significados. São Paulo, SP: Editora EDUC; Editora Pontes, 1992.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Editora Vozes, 1970.
- CANÇADO, M. *Manual de Semântica*. noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ESCARPINETE, M. L.; FERRAZ, M. M. T. Explorando as Noções de Oposição na Interface Léxico-Cultural: a relação de antonímia como elemento constitutivo do texto. /n. FERRAZ, M. M. T. (Org.); NASCIMENTO, E. P. *Semântica e Ensino*. Curitiba, PR. Editora CRV, 2015.
- FERRAREZI JR., C. *Semântica*. Coleção Linguística para o Ensino Superior. Vol. 6. São Paulo: Parábola, 2019.
- FREITAG, R. M. K. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. /n. FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (org.). *Mulheres, linguagem e poder*. estudos de gênero na sociolinguística brasileira. São Paulo: Blucher, 2015. p. 17-74.
- FREITAG, R. M. K. *Não existe linguagem neutra!* Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro. Tese de Titular. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Letras Vernáculas, 2023a.
- FREITAG, R. M. K. A(s) linguística(s) e a linguagem neutra: entrevista com Raquel Meister Ko Freitag. *ReVEL*, v. 21, n. 41, 2023b. Disponível em: <http://www.revel.inf.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- LANDO, G. A.; DE SOUZA, C. F. A. O Direito à Autodeterminação da Identidade para além do Tradicional Binarismo de Gênero. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 24-50, 2020.
- LANZ, L. *O corpo da roupa*. a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- LIVIA, Anna. *Pronoun envy*. literary uses of linguistic gender. New York: Oxford University Press, 2001.
- LOURO, G. L. Teoria queer: Uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo, SP. Companhia Editora Nacional, 1979.
- MARTIN, J. Gênero. *Revista Brasileira de Lingüística*, v. 2, n. 1, p. 3-8, 1975.

MÜLLER, A.; VIOTTI, E. Semântica formal. *In* FIORIN, J. (Org.). *Introdução à linguística*. princípios de análise. v. 2. São Paulo: Contexto, 2003.

NASCIMENTO, L. C. P. do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, S. G. de. O lugar da linguagem neutra no ensino de língua portuguesa na educação básica: reflexão e relato de prática. *ReVEL*, v. 21, n. 41, 2023. Disponível em: <http://www.revel.inf.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PAULA, T. *Incomodo, logo exista*. ensaios sobre expressões e identidades de gênero. 2016. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31677>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SANTOS, T. E. C. *Educação de crianças e adolescentes intersexo*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020. DOI: 10.25189/abralin.v19i1.1709. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVA, F. J. da C. e. Construções de identidade de gênero na primeira infância: uma análise da produção científica e do RCNEI. *In* REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/trabalhos/>. Acesso em: 11 abr. 2026.

SPOTNIKS. *Colocamos uma mulher TRANS e uma FEMINISTA RADICAL para conversar (sem que elas soubessem)*. YouTube, 14 abr. 2021. 26 min 30 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EgHfwfUjpiQ>. Acesso em: 11 jul. 2025.